

de Arturo Escobar,
*Territories of difference:
Place, movements, life, redes*

(Durham: Duke University Press, 2008).

Rodrigo A. Lima de Medeiros

Guilherme F. W. Radomsky

Ao longo dos anos que se seguiram a publicação de *Encountering development: The making and unmaking of the Third World* (1995), Arturo Escobar procurou complexificar seu ponto de vista teórico para os problemas que concernem às relações entre desenvolvimento, ativismo e ecologia política. Esse livro marca momento decisivo na busca de um debate pós-estruturalista, justamente quando ainda se sentiam os efeitos iniciais da crítica pós-colonial ao Ocidente, ambos vetores para desconstruir uma narrativa que substituiu o evolucionismo e a noção de progresso: o desenvolvimento, suas teorias, políticas e programas.

Desde meados dos anos 1990, Escobar se volta à análise de movimentos sociais, colonialismo e formas de conhecimentos diversos (popularizando-se na expressão *worlds and knowledges otherwise*). Estes se juntaram às incursões do autor pela ecologia política, a teoria da complexidade, a fenomenologia, a filosofia da diferença, a teoria actante-rede e a antropologia preocupada com a relacionalidade. Esse conjunto de questões que um panorama teórico plural oportuniza faz ressonâncias com uma perspectiva que advém da pesquisa de campo e resultam no seu último livro, *Territories of difference: Place, movements, life, redes*.

O foco espacial do estudo está no Pacífico colombiano, especialmente no Projeto BioPacífico e no Processo de Comunidades Negras (PCN): o primeiro, um relevante esquema territorializado de ação; o segundo, um ator coletivo, em rede e de caráter étnico que aglutina movimentos e formas de luta local por autonomia e reconhecimento. O livro divide-se em seis capítulos que são igualmente conceitos balizadores da discussão, a saber: lugar, capital, natureza, desenvolvimento, identidade e rede. É sobre eles que Escobar constrói os argumentos associados aos dados empíricos, mas, apesar disto, podemos adiantar que o livro detém-se mais em um trabalho de digressão teórica, pois não faz um relato profundo das práticas dos grupos e utiliza a empiria como ilustração da análise. Isso se ajusta ao problema da

estrutura do texto, que remete parte da discussão teórica a longas notas, algumas das quais se tornam indispensáveis para acompanhar a leitura.

Não por acaso o capítulo "*Place*" é o primeiro. Na perspectiva do autor, é no lugar que se conjugam as complexas relações entre os domínios biofísicos e humanos (físico-químico, orgânico e cultural) que esclarecem configurações particulares da natureza e da cultura, da paisagem e do lugar; é onde as entidades socionaturais históricas habitam e se formam. Ao analisar múltiplos níveis de interações, o autor descreve as nuances da construção da territorialidade do Pacífico colombiano que passa tanto por cosmologias de grupos étnicos como pelas negociações em torno de metodologias de geoprocessamento no mapeamento da região.

De acordo com Escobar, antes das décadas 1980 e 1990, a região era vista pelos centros dinâmicos da economia liberal do país e pelos capitais globais como um lugar isolado, longe, condenado ao atraso por sua letargia ao progresso e por suas condições naturais desfavoráveis, viabilizando apenas a extração predatória de recursos naturais. Contudo, a percepção mudaria drasticamente depois dessas décadas. O que ocorreu para se operar tal mudança? Escobar demonstra a dinâmica de incorporação constante de uma determinada região nas práticas da modernidade, do Estado nacional e da globalização. Os principais processos de incorporação mudaram, principalmente, porque agora o desenvolvimento e a tecnociência ocupam lugares de destaque nessa nova configuração de forças, dando assim outra escala e intensidade para a transformação.

As disputas políticas baseadas em lugares vinculam eficientemente corpos, ambiente, cultura e economia em torno de multiplicidades socionaturais. A luta pelo território transforma-se, portanto, em luta pela autonomia e autodeterminação. A "reinvenção" do Pacífico colombiano pode ser vista como uma matriz complexa de processos na qual as pessoas, o território, a flora e a fauna são apreendidos dentro de um contexto em que os movimentos sociais tentam orientar sua dinâmica longe da degradação ecológica, construindo uma auto-organização de tendências e relações de solidariedade.

No segundo capítulo, "*Capital*", o caso da costa do Pacífico colombiano é exemplar no que concerne à produção do lugar pelo capital. Um complexo ecossistema de florestas tropicais, integrado numa dinâmica própria, transforma-se numa paisagem monocultural na medida em que se expande o

sistema de *plantation* da *African oil palm*, nosso dendezeiro (*Elaeis guineensis*). O *African palm* tornou-se ponta-de-lança do capital e das ações desenvolvimentistas do Estado para a economia da bacia do Pacífico colombiano, isto é, o capital tem sido o vetor de desenvolvimento, o operador da modernidade e o transformador sociocultural da região.

Nas seções 1 e 2 deste capítulo, o autor oferece ao leitor um pouco mais de relatos sobre as condições de produção das *plantations*, além de contextualizar as relações entre a burocracia do Estado colombiano, os empresários e as populações locais, demonstrando o processo em que antigos proprietários afrodescendentes se tornaram mão de obra barata para trabalhar nas terras que lhes pertenciam. Apesar da profunda análise teórica e das elocubrações que vão além do caso específico de Tumaco, a riqueza do capítulo está nos relatos que revelam práticas, dando uma dimensão da realidade experimentada pelos grupos étnicos, além das projeções meso e macropolíticas e econômicas estabelecidas pela análise.

Como resultado dessa dinâmica criada pelo capital e pelo comércio internacional de *commodities*, a Colômbia se tornou, na década de 1990, o quinto maior produtor de óleo vegetal de dendê, atrás apenas de Malásia, Indonésia, Nigéria e Costa do Marfim (Escobar: 79). O setor vem ganhando cada vez mais notoriedade como polo de desenvolvimento, com maior intensidade no segundo mandato do presidente Álvaro Uribe (2006-2010). Esse crescente interesse do Estado colombiano aumenta os conflitos entre os grupos étnicos e a lógica tecnocrática dos projetos desenvolvimentistas de uma economia moderna liberal baseada no mercado. Em geral, os camponeses negros tendem a reproduzir em seus estabelecimentos a heterogeneidade e a complexidade encontradas nas florestas primárias e secundárias. Ao invés de plantar em linhas regulares, eles distribuem os dendezeiros intercalados com outras culturas de subsistência. Os conflitos se colocam quando agentes do Estado colombiano visitam os agricultores e consideram o modo não regular de cultivo como irracional, desordenado e ignorante. É nesse sentido que a lógica capitalista parece impor um ordenamento espacial aliado a uma racionalidade utilitarista contra os quais os grupos étnicos resistem.

O terceiro capítulo, "*Nature*", tem uma forte densidade teórica. Escobar procura erguer pontes entre diferentes correntes filosóficas na tentativa de desconstruir o projeto moderno de colonização da natureza. Em meio a diferentes correntes epistemológicas – tais como realismo (subdividido

em positivismo científico e sistemas de perspectivas científicas), construtivismo (subdividido em construtivismo dialético, interacionismo construtivista, perspectivas fenomenológicas e antiessencialismo pós-estruturalista), neorealismo (subdividido em neorealismo deleuziano e realismo holístico) –, e, apesar de reconhecer possíveis incomensurabilidades entre elas, o autor procura construir caminhos entre as epistemologias para elaborar a ideia de um saber ambiental. Os caminhos emergem da compreensão de determinações múltiplas de entidades complexas que surgem das relações de práticas dos diferentes agentes socionaturais.

Escobar procura relacionar práticas e noções localmente elaboradas que manifestem as relações com a natureza em rituais, linguagem e formas de classificar entidades naturais. Em um relato mais etnográfico, o autor descreve o ritual de “*la obligada*”, paradigmático da conceituação da natureza dos grupos negros do Pacífico. Em regiões ribeirinhas, onde os partos ocorrem em casa, as mães são cercadas apenas por mulheres, incluindo a parteira, que corta o cordão umbilical. A extensão em que é cortado o cordão umbilical é decisivo para a identidade sexual da criança. A parteira enterra o cordão sob a casa, entre os pilares de sustentação (para as meninas) ou debaixo de uma árvore, à beira da floresta (para meninos). Isto é visto como importante para a independência da criança mais tarde na vida. O umbigo do recém-nascido é posteriormente ungido com substâncias de origem animal, vegetal e mineral, com o objetivo de transmitir as suas propriedades ao recém-nascido (idem: 113-115).

Com base na metáfora do ritual, Escobar procura novas ideias e práticas que façam colapsar as barreiras entre a “natureza” e o “social”, cisão característica da ontologia ocidental. Os modelos locais da natureza de grupos negros do Pacífico colombiano não se baseiam na separação restrita entre biofísico, humano e mundos sobrenaturais, esses grupos não se veem como manipuladores da natureza à cultura, como fazem os modernos (Strathern, 1980). Integram, precisamente, os mundos natural, humano e sobrenatural, mesmo se essa percepção é rejeitada pela modernidade, conduzindo-os a um regime cultural próprio. Os complexos processos históricos associados ao capitalismo e à modernidade, nos quais a natureza está associada às *plantations*, resultam na objetivação da natureza como externa ao ser humano e seu posterior tratamento como mercadoria. É nesse processo que a natureza torna-se uma questão de reinvenção constante (Haraway, 1991), e os seres humanos podem jogar com combinações sem precedentes para o natural e o artificial.

Devido ao seu foco sobre a diferença – a ecologia política dos movimentos sociais e de intelectuais críticos ao capitalismo –, Escobar aposta na elaboração de uma perspectiva ética na medida em que propõe um questionamento epistemológico da modernidade e do desenvolvimento, apontando na direção de definições básicas sobre o que é vida. Ao privilegiar os saberes subalternos da natureza, uma das alternativas é articular políticas ecológicas únicas que vinculem questões de diversidade, diferença e interculturalidade, tendo a natureza como agente central.

“*Development*” é o título do quarto capítulo e, nele, procura-se mostrar como o Pacífico colombiano foi tornado, ao longo das décadas, uma entidade objeto de políticas e programas (estatais e de agências internacionais) de desenvolvimento (*developmentalizable entity*). Contudo, as populações negras mantiveram formas de ação alternativa e resistência em relação aos planos de “modernização” dos seus modos de vida.

Crucial para o argumento é Escobar mostrar que grande parte do debate contemporâneo sobre desenvolvimento o equaciona com o irromper da modernidade (e sua realização no mundo não moderno) e com os processos de globalização. Portanto, tal força possuiria a globalização, cujos efeitos são sentidos nos recônditos, que “não há espaço fora da modernidade” (p. 162). Esse é o potente discurso que procura criar um espaço homogêneo no qual o tradicional é visto como um resquício de uma modernização incompleta. No entanto, amparado nos dados de campo, o autor mostra que os grupos sociais da região do Pacífico colombiano administram outras formas de constituição de seus mundos com projetos político-sociais particulares e coexistentes que podem ser entendidos conforme três parâmetros: desenvolvimentos alternativos, alternativas ao desenvolvimento e alternativas à modernidade.

A primeira apresenta seus fundamentos a partir de projetos que objetivem segurança alimentar, bem-estar da população e satisfação das necessidades básicas; a segunda se volta para uma contraofensiva às intervenções externas, constituindo-se em alternativas localmente construídas contra programas alheios; a terceira é a realmente radical e enfrenta não apenas o discurso do desenvolvimento, mas a própria armadura da modernidade. As três formas convivem em diferentes projetos levados a cabo por comunidades locais e representam desafios ao suposto mundo homogêneo, de história linear e marcado por valores e condutas como a reflexividade, a racionalidade, o Estado como instância última e superior, a secularização e o humanismo como “bens” supremos. Ainda assim, apenas a última, articu-

lada ao Projeto BioPacífico, constitui-se como crítica que encontra paralelos na discussão de intelectuais e movimentos sociais latino-americanos em que emergência da modernidade não pode ser explicada apenas por processos que ocorrem em suas fronteiras internas (a Reforma protestante, a Revolução Francesa e o Iluminismo), mas em sua relação inseparável com a colonização das Américas (Mignolo, 2004; Walsh, 2010).

Esse ponto é basilar no pensamento recente de Arturo Escobar e é resultado de diálogo com pesquisadores dedicados aos dilemas socioculturais latino-americanos, tais como Walter D. Mignolo, Marisol de la Cadena, Mario Blaser, Catherine Walsh, Aníbal Quijano e Enrique Dussel. Se a modernidade deve ser encontrada na colonização das Américas; se a Renascença possui um lado negro que é o empreendimento colonial (Mignolo, 1995), então uma mudança necessária não reside no “colocar panos quentes” na modernidade, pensando sua reconstrução, que aparece, por exemplo, na ambivalência da modernidade (Domingues, 2006), nem tampouco em aceitar uma modernização seletiva (Souza, 2000). De outro lado, se a literatura pós-colonial que emerge de autores como H. Bhabha e G. Spivak é associada ao colonialismo de língua inglesa e diz respeito à outra economia simbólica, então, sem deixar de lado o diálogo com o prisma pós-colonial, é na experiência latino-americana que se encontram as possibilidades de uma desconstrução em direção a um *decolonial thinking*.

Os capítulos cinco e seis são orientados aos temas-conceitos “*Identity*” e “*Networks*”, respectivamente. O processo identitário examinado por Escobar (especialmente, pp. 216-217 e 236-246) diz respeito à etnicização e generalização das comunidades e mulheres negras desde os anos 1990, que particularmente teve como ator central o Processo de Comunidades Negras. Tendo aportes teóricos diferenciados e interconectados (desde Stuart Hall, Eduardo Restrepo, Laclau e Mouffe até a questão do gênero em Marilyn Strathern), Escobar observa a crucial participação do Estado e dos movimentos sociais na construção das identidades, que é o caso da aprovação da Lei n. 70 sobre afrodescendentes e sua identidade na Colômbia. Os estudos brasileiros sobre as disposições do Estado na etnogênese das comunidades remanescentes de quilombos encontram um aporte contundente, especialmente no que tange às relações dos movimentos sociais e uma busca autônoma de ação.

A dimensão de redes sobre a qual o autor se debruça é um outro ponto alto do trabalho. Observando a complexidade da tessitura dos coletivos negros

e a relacionalidade que se constitui entre estes e outros actantes, a noção é essencial para entender a rede que o PCN efetiva. O autor narra eventos políticos internacionais e a atuação do coletivo afrodescendente, sustentando que a ampliação das redes complexificou e potencializou suas ações e visibilidades – uma rede com signo territorial e ramificações crescentes, externas e múltiplas. Desse modo, emerge a noção de “redes transnacionais auto-organizadas”. Do prisma analítico, como sugere a expressão precedente, Escobar busca a inspiração nas teorias da complexidade (especialmente em Maturana e Varela, com inserções do biólogo Brian Goodwin); em Bruno Latour, particularmente destacando o modo como a noção de actante-rede reconfigura a teoria social em direção à análises de problemas sócio-naturais; e na abordagem filosófica de Deleuze e Guattari.

A opção por Latour é clara, mas não livre de questionamentos (onde terminam e começam as redes? Quais os tamanhos e o modo de operacionalizar conceitualmente?). Os trabalhos mais recentes de Latour (particularmente Latour, 2005) oferecem uma sistematização da relação entre actante-rede, bem como exercitam a crítica de noções como hierarquia, interação social e estrutura. Já o referencial deleuze-guattariano, Escobar apreende tanto por uma leitura atenta de *Mil Platôs* como por meio da interpretação do mexicano Manuel De Landa sobre as obras de Gilles Deleuze. A questão é a rediscussão da natureza do mundo (que coloca questões de ontologia, não de epistemologia) e promete uma reconfiguração analítica da relação entre entes, o debate sobre a realidade em-si (contra o construtivismo) e a apreensão da multiplicidade do mundo na perspectiva de *flat ontologies* (Latour, 2005). De um lado, o resultado é a opção por uma abertura do mundo, “não há espaços para totalidade, como a sociedade ou a ciência em geral” (idem: 286, citando De Landa), pois a produção de diferença é incessante, rizomática e emergente. De outro lado, é a inter-relação entre componentes heterogêneos que configuram o mundo (pessoas, seres vivos não humanos, cidades, mercados, Estados) num “assemblage” complexo, conectado, não hierárquico e irreduzível.

Para finalizar, destacamos as interfaces trabalhadas no livro que procuram congrega-
r ativismo intelectual, produção científica e interesses nas mudanças propostas por movimentos sociais numa crítica ao modo como grupos étnicos e locais são massacrados pelos agentes “modernizantes” do liberalismo econômico e pela tecno-burocracia do Estado. Ao longo do livro, Escobar elabora uma crítica contundente aos objetivos ilusórios de desenvolvimento que pretendem incorporar práticas culturalmente diferen-

ciadas a uma dinâmica homogeneizante do capital sobre os modelos locais de natureza, as identidades e as redes. As alternativas dependem das possibilidades de ativistas, grupos locais, ecossistemas e outros atores atuarem na transformação dos espaços sionaturais.

5. Referências

DOMINGUES, J. M. (2006). *Modernity reconstructed*, Cardiff: University of Walles Press.

ESCOBAR, A. (1995). *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*, Princeton: Princeton University Press.

——— (2008). *Territories of difference: Place, movements, life, redes*, Durham: Duke University Press.

HARAWAY, D. (1991). *Simians, cyborgs and women: The reinvention of nature*, Nova York: Routledge.

LATOUR, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*, Oxford/Nova York: Oxford University Press.

MIGNOLO, W. (1995). *The darker side of the Renaissance: Literacy, territoriality, and colonization*, Ann Arbor: University of Michigan Press.

——— (2005). *The idea of Latin America*, Malden/Oxford: Blackwell, 2005.

SOUZA, J. de (2000). *A modernização seletiva: Uma reinterpretação do dilema brasileiro*, Brasília, EdUnB.

STRATHERN, M. (1980). "Cultural Property and the Anthropologist", paper presented at Mt. Holyoke College, December 1980.

WALSH, C. (2010); "Development as buen vivir: Institutional arrangements and (de)colonial entanglements", *Development*, Vol. 53, n. 1, pp. 15-21.